

## SUMÁRIO

### PARTE I PROCESSO CIVIL E CAUSAS FAMILIARES

#### 1. Processo, família e Estado

- 1.1. Advocacia e causas familiares
- 1.2. Processo civil: objeto e aplicação a diferentes perfis de conflitos
  - 1.2.1. Objeto das normas processuais
  - 1.2.2. Caráter transubstancial do processo
  - 1.2.3. Tipicidade e flexibilidade no processo civil
- 1.3. O perfil dos conflitos familiares
  - 1.3.1. Configuração peculiar
  - 1.3.2. Controvérsia real x controvérsia apresentada a terceiros
- 1.4. Direito de Família e intervenção estatal
  - 1.4.1. Ordem pública
  - 1.4.2. Disponibilidade e indisponibilidade
  - 1.4.3. Regramento do Código Civil sobre a interferência estatal

#### 2. Via consensual como opção à resposta contenciosa

- 2.1. Possíveis vantagens da via consensual
- 2.2. Possíveis desvantagens da via consensual

#### 3. Jurisdição nos conflitos familiares: peculiaridades

- 3.1. Regras sobre temas familiares no Código de Processo Civil de 1973
- 3.2. Evolução legislativa em Projetos
- 3.3. “Procedimento especial” no Código de Processo Civil de 2015
- 3.4. Outras disposições sobre família no CPC/2015
- 3.5. Visão panorâmica: olhar diferenciado no processamento de demandas familiares em prol da efetividade?
  - 3.5.1. Competência
    - 3.5.1.1. Especialização de juízos e normatização pelos tribunais
    - 3.5.1.2. Juízo universal: polêmica
    - 3.5.1.3. Escolha de foro
  - 3.5.2. Capacidade processual dos litigantes
  - 3.5.3. Legitimidade para agir
  - 3.5.4. Causa de pedir: limitações quanto a informações relevantes
  - 3.5.5. Pedido
  - 3.5.6. Citação
  - 3.5.7. Resposta do demandado
    - 3.5.7.1. Tempo razoável para a designação de audiência

- 3.5.7.2. Alegações de suspeição impedimento
- 3.5.7.3. Contestação
- 3.5.8. Mediação e conciliação
  - 3.5.8.1. Direitos em disputa
  - 3.5.8.2. Limites à luz das “fases da perda”
  - 3.5.8.3. Mediação extrajudicial
  - 3.5.8.4. Estímulo por magistrados
- 3.5.9. Audiência
- 3.5.10. Prova: dificuldades e possibilidades peculiares
  - 3.5.10.1. Ônus de provar e distribuição dinâmica do encargo
  - 3.5.10.2. Provas ilícitas em demandas familiares
  - 3.5.10.3. Questões polêmicas
  - 3.5.10.4. Ata notarial
  - 3.5.10.5. Prova por meio de estudos e exames
  - 3.5.10.6. Prova oral
- 3.6. A participação do Ministério Público
- 3.7. Segredo de justiça

#### **4. O tempo e a demanda familiar**

- 4.1. Tutelas provisórias de urgência
  - 4.1.1. Espectro de possibilidades no sistema processual
  - 4.1.2. Diferença e fungibilidade
  - 4.1.3. Falta de propositura da demanda principal: extinção ou conservação da cautelar?

#### **5. Recursos: ponderações especiais**

- 5.1. A pertinência do agravo de instrumento nas demandas familiares
- 5.2. Apelação
  - 5.2.1. Cabimento
  - 5.2.2. Efeitos da apelação
  - 5.2.3. Novas alegações
- 5.3. Recurso especial
- 5.4. Recurso extraordinário
  - 5.4.1. Visão geral
  - 5.4.2. Casos apreciados pelo STF
- 5.5. Julgamento de recursos em bloco

#### **6. Execução e cumprimento de sentença**

- 6.1. Acordo e título executivo
- 6.2. Aplicação de medidas diferenciadas para a efetivação de ordens judiciais

## **PARTE II**

## DEMANDAS FAMILIARES EM ESPÉCIE

### 1. Demandas familiares específicas: considerações iniciais

### 2. Alimentos

- 2.1. Ampla normatização
- 2.2. Situação de urgência e medida liminar
- 2.3. Alimentos gravídicos
  - 2.3.1. Legitimidade
  - 2.3.2. Índícios e carga dinâmica da prova
- 2.4. Competência
- 2.5. Legitimidade
  - 2.5.1. Parentes próximos
  - 2.5.2. Legitimidade e obrigação alimentar de avôs/avós
    - 2.5.2.1. Obrigação avoenga e integração ao processo
- 2.6. Atuação do Ministério Público no polo ativo
- 2.7. Capacidade processual
- 2.8. Defesa
- 2.9. Questões probatórias: binômio necessidade/capacidade
- 2.10. Efeitos da sentença de alimentos
  - 2.10.1. Retroatividade em ações revisionais e exoneratórias
- 2.11. Questões recursais
- 2.12. Cumprimento de sentença.
  - 2.12.1. Evolução do tema.
  - 2.12.2. Reações do executado
  - 2.12.3. Prisão
  - 2.12.4. Protesto
- 2.13. Execução fundada em título executivo extrajudicial
  - 2.13.1. Escritura pública e obrigação alimentar
  - 2.13.2. Notas aos artigos 911, 912 e 913 do CPC/2015

### 3. Dissolução do vínculo conjugal

- 3.1. A polêmica sobre a extinção da separação
  - 3.1.1. Persistência da separação
  - 3.1.2. Supressão da separação
  - 3.1.3. Repercussões processuais dos posicionamentos
- 3.2. Aspectos procedimentais do divórcio
  - 3.2.1. Competência
  - 3.2.2. Partes
  - 3.2.3. Atuação do MP
  - 3.2.4. Citação

- 3.2.5. Revelia e julgamento antecipado
- 3.2.6. Contestação
- 3.2.7. Ampliação objetiva e reconvenção na ação de divórcio.
- 3.2.8. Elementos probatórios
- 3.2.9. Sentença de divórcio: natureza, efeitos e aspectos recursais
  - 3.2.9.1. Possibilidade de cisão da decisão
- 3.2.10. Cumprimento de sentença

#### **4. Reconhecimento e dissolução de união estável**

- 4.1. Vias consensuais extrajudicial e judicial
- 4.2. Competência
- 4.3. Partes
  - 4.3.1. Legitimidade ativa
  - 4.3.2. Legitimidade passiva
- 4.4. Intervenção do MP
- 4.5. Causa de pedir da ação
- 4.6. Elementos probatórios
- 4.7. Decisão e aspectos recursais

#### **5. Convivência familiar (“visita”)**

- 5.1. Panorama normativo
- 5.2. Guarda e regime de relacionamento familiar
- 5.3. Importância de regimes adequados
- 5.4. A relevância do consenso
- 5.5. Legitimidade
- 5.6. Aspectos probatórios
  - 5.6.1. Os indícios de alienação parental: tutela provisória específica
  - 5.6.2. Análise de decisões restritivas quanto à configuração de indícios de alienação parental
- 5.7. Cumprimento do regime de visitas
  - 5.7.1. Visitas monitoradas
  - 5.7.2. Medidas coercitivas
    - 5.7.2.1. Busca e apreensão
    - 5.7.2.2. Multas

#### **6. Parentalidade**

- 6.1. O pai, o filho e o Poder Judiciário: imposição e consenso
- 6.2. Modalidades de paternidade e reconhecimento em juízo
- 6.3. Demanda adequada: investigatória/negatória de paternidade ou anulatória de registro civil?
- 6.4. Reconhecimento voluntário e arrependimento
- 6.5. Ampliação do espectro probatório

- 6.6. Direito ao conhecimento da ascendência biológica e imprescritibilidade das ações de estado
- 6.7. Exame de DNA: efeitos da recusa
- 6.8. Coisa julgada e vínculo de filiação: hipótese de relativização?

### **PARTE III**

#### **CASOS, ENCAMINHAMENTOS E PETIÇÕES**

#### **1. Considerações iniciais**

- 1.1. Visão geral
- 1.2. Indicação da opção por autocomposição na petição inicial

#### **2. Alimentos**

- 2.1. Fixação de alimentos
- 2.2. Oferta de alimentos
- 2.3. Revisão de pensão alimentícia
- 2.4. Exoneração de obrigação alimentar
- 2.5. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos
- 2.6. Cumprimento da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos mediante desconto na folha de pagamento

#### **3. Divórcio**

- 3.1. Divórcio litigioso
- 3.2. Divórcio consensual

#### **4. Dissolução de união estável**

- 4.1. Ação de reconhecimento e extinção de união estável
- 4.2. Dissolução consensual de união estável

#### **5. Convivência familiar**

- 5.1. Regulamentação de convivência (“visita”)
- 5.2. Modificação de guarda

#### **6. Paternidade**

- 6.1. Ação de investigação de paternidade
- 6.2. Ação negatória de paternidade

#### **Bibliografia**